

# Aula 12 – A Transição Democrática e o Governo Sarney

## O Brasil em Transição: Da Crise à Constituição Cidadã (1985-1988)

Bem-vindo(a) à Aula 12 do nosso Curso de História do Brasil Contemporâneo! Sabemos que a rotina pode ser exaustiva, mas a sua dedicação em aprofundar o conhecimento sobre a história do nosso país é um investimento valioso. Nesta aula, embarcaremos em um dos períodos mais complexos e decisivos da nossa história recente: a transição democrática e o governo de José Sarney.

Por que é tão importante mergulhar nesse período? Porque ele é a chave para compreendermos muitos dos desafios e conquistas que moldam o Brasil de hoje. A redemocratização não foi um processo simples; foi um caminho tortuoso, marcado por incertezas econômicas profundas e a construção de um novo pacto social. Ao final desta aula, você não apenas terá um panorama detalhado desses anos, mas também será capaz de analisar criticamente os eventos, entender suas causas e consequências, e conectar esses fatos históricos com a realidade política e econômica atual do Brasil.

Nossa jornada começará com o drama da sucessão presidencial, passando pelos desafios econômicos que pareciam insolúveis, e culminará na grandiosa obra da Assembleia Nacional Constituinte e na promulgação da Constituição de 1988. Prepare-se para desvendar os bastidores de uma era de grandes transformações, que pavimentou o caminho para a democracia que vivemos hoje.

# O Fim de uma Era e o Início Incerto

Imagine um país que, após mais de duas décadas sob um regime autoritário, finalmente vislumbra a luz da democracia. A euforia tomava conta das ruas, e a esperança de um futuro mais livre e justo era palpável. Foi nesse cenário de grande expectativa que o Brasil se preparava para a posse de Tancredo Neves, o primeiro presidente civil eleito indiretamente após o fim da ditadura militar. Sua eleição, em janeiro de 1985, representava o ápice de um movimento popular e político que clamava por "Diretas Já" e pela restauração plena da democracia.

No entanto, a história, muitas vezes, nos reserva reviravoltas inesperadas. Poucos dias antes da posse, Tancredo Neves foi internado às pressas, e sua saúde se deteriorou rapidamente. A nação inteira acompanhou com apreensão o boletim médico diário, em uma agonia coletiva que paralisou o país. A comoção era imensa, e a incerteza sobre o futuro da transição democrática pairava no ar.

A morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, foi um golpe duro para a jovem democracia brasileira. Aquele que era visto como o grande conciliador, o símbolo da transição, partia sem assumir o cargo. Sua morte abriu um vácuo de poder e gerou uma crise institucional sem precedentes, pois o vice-presidente eleito, José Sarney, era uma figura que, até então, representava a antiga ordem política e não era o nome esperado para liderar a nação nesse momento crucial.

# A Herança Econômica: Hiperinflação e Dívida Externa

## Cenário Devastador

Ao assumir a presidência em meio à comoção nacional, José Sarney herdou não apenas um país em luto, mas também um cenário econômico devastador. A ditadura militar, especialmente em seus últimos anos, havia deixado um legado de desequilíbrio fiscal profundo, com a inflação atingindo níveis estratosféricos e uma dívida externa que parecia impagável. Era como herdar uma casa com as contas atrasadas há anos, o telhado caindo e os alicerces comprometidos.

## Hiperinflação

A **hiperinflação** era o inimigo número um do cotidiano brasileiro. Os preços mudavam várias vezes ao dia, corroendo o poder de compra da população e tornando impossível qualquer planejamento financeiro. Imagine ir ao supermercado de manhã e ver o preço de um produto, e à tarde, o mesmo produto custar 10% a mais. Essa era a realidade. A moeda perdia valor a cada hora, e a incerteza dominava as relações comerciais e a vida das famílias.

## Dívida Externa

Paralelamente, a **dívida externa** brasileira era um fardo colossal. Acumulada ao longo das décadas anteriores, principalmente com empréstimos para financiar grandes projetos e cobrir déficits, ela representava um compromisso financeiro que drenava recursos do país. O Brasil estava preso em um ciclo vicioso de renegociações e pagamentos de juros, o que limitava severamente a capacidade do governo de investir em áreas sociais e de infraestrutura. Essa combinação de inflação descontrolada e dívida externa criava um ambiente de instabilidade econômica que desafiava qualquer tentativa de estabilização.

# Os Planos Econômicos: Cruzado, Bresser e Verão

Diante do caos econômico, o governo Sarney se viu obrigado a agir. A estratégia adotada foi a implementação de uma série de planos de estabilização, cada um com suas particularidades, mas todos buscando domar a inflação e reequilibrar as contas. Era como tentar apagar um incêndio florestal com baldes de água: a intenção era boa, mas a dimensão do problema exigia soluções mais robustas e coordenadas.

## Plano Cruzado (Fevereiro 1986)

O primeiro e mais ambicioso foi o **Plano Cruzado**, lançado em fevereiro de 1986. Sua principal medida era o congelamento geral de preços e salários, acompanhado da criação de uma nova moeda, o Cruzado, que substituiu o Cruzeiro. A ideia era quebrar a inércia inflacionária de uma vez por todas. Inicialmente, o plano foi recebido com enorme entusiasmo popular. A população se tornou "fiscal do Sarney", denunciando abusos e garantindo o cumprimento do congelamento. As prateleiras dos supermercados, antes vazias, voltaram a ter produtos, e a sensação de estabilidade trouxe um alívio momentâneo.

1

2

## Fracasso do Plano

No entanto, a euforia durou pouco. O congelamento de preços, sem um controle efetivo da demanda e da emissão monetária, começou a gerar desabastecimento. Produtores e comerciantes, impedidos de reajustar seus preços, passaram a esconder mercadorias ou a vendê-las no mercado negro. A demanda, estimulada pelo aumento do poder de compra inicial, superou a oferta, e a inflação reprimida começou a dar sinais de retorno. O governo tentou correções com o Cruzado II, mas a credibilidade já estava abalada.

# Os Desafios do Cruzado e a Crise de Confiança

## Da Euforia à Desconfiança

A falência do Plano Cruzado e sua tentativa de correção com o Cruzado II marcaram um ponto de inflexão na relação entre o governo e a população. Aquele entusiasmo inicial, que fez as pessoas se sentirem parte da solução, deu lugar a uma profunda desconfiança. Era como se tivessem prometido um banquete farto, mas entregaram apenas migalhas. A inflação, que parecia domada, retornou com força ainda maior, minando a fé nos planos econômicos e na capacidade do governo de resolver os problemas do país.

## Complexidade Econômica

A ineficácia do Cruzado revelou a complexidade da economia brasileira e a necessidade de reformas estruturais que fossem além do simples congelamento de preços. A falta de controle sobre os gastos públicos, a persistência da dívida externa e a ausência de uma política industrial clara contribuíram para o fracasso. A experiência do Cruzado mostrou que não bastava apenas "apertar um botão" para resolver problemas econômicos tão enraizados; era preciso uma abordagem mais profunda e consistente.



### Crise Econômica

Inflação descontrolada e dívida externa crescente



### Crise de Confiança

Descrédito nas medidas governamentais e frustração popular



### Crise Política

Instabilidade governamental e queda de popularidade

A crise de confiança não se limitou à esfera econômica. Ela se espalhou para a política, afetando a popularidade do governo Sarney e gerando um ambiente de instabilidade. A população, que havia depositado suas esperanças na redemocratização, via-se novamente refém de uma economia descontrolada. Essa situação reforçou a percepção de que a transição democrática precisava de uma base sólida, não apenas política, mas também econômica, para se consolidar.

# O Plano Bresser: Tentativa de Estabilização

Com a inflação novamente em alta e a credibilidade do governo em baixa, uma nova tentativa de estabilização econômica se fez necessária. Em junho de 1987, Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu o Ministério da Fazenda e lançou o **Plano Bresser**. Diferente do Cruzado, que buscava um congelamento por tempo indeterminado, o Bresser propunha um congelamento de preços e salários por um período limitado, de 90 dias. A ideia era dar um choque na inflação, mas com a consciência de que medidas mais estruturais seriam necessárias a seguir.

## Abordagem Realista

O Plano Bresser tentou ser mais realista em suas premissas. Ele reconhecia que o congelamento não poderia ser permanente e que a inflação tinha componentes inerciais que precisavam ser quebrados.

## Medidas Principais

Além do congelamento temporário, o plano previa um ajuste fiscal, com o corte de gastos públicos e o aumento de algumas tarifas.

## Analogia Médica

Era como um médico que, após um diagnóstico inicial falho, tenta uma nova abordagem, mais cautelosa e com um plano de tratamento mais realista, ainda que doloroso.

Apesar de uma breve desaceleração da inflação nos primeiros meses, o Plano Bresser enfrentou forte resistência de diversos setores da sociedade e do próprio governo. A pressão por reajustes de preços e salários era constante, e a capacidade do governo de manter a disciplina fiscal era limitada. O plano não conseguiu reverter a tendência de alta da inflação no longo prazo, e a instabilidade econômica persistiu. A experiência do Bresser reforçou a ideia de que a solução para a inflação não estava em "pacotes" isolados, mas em uma reforma econômica mais ampla e duradoura.

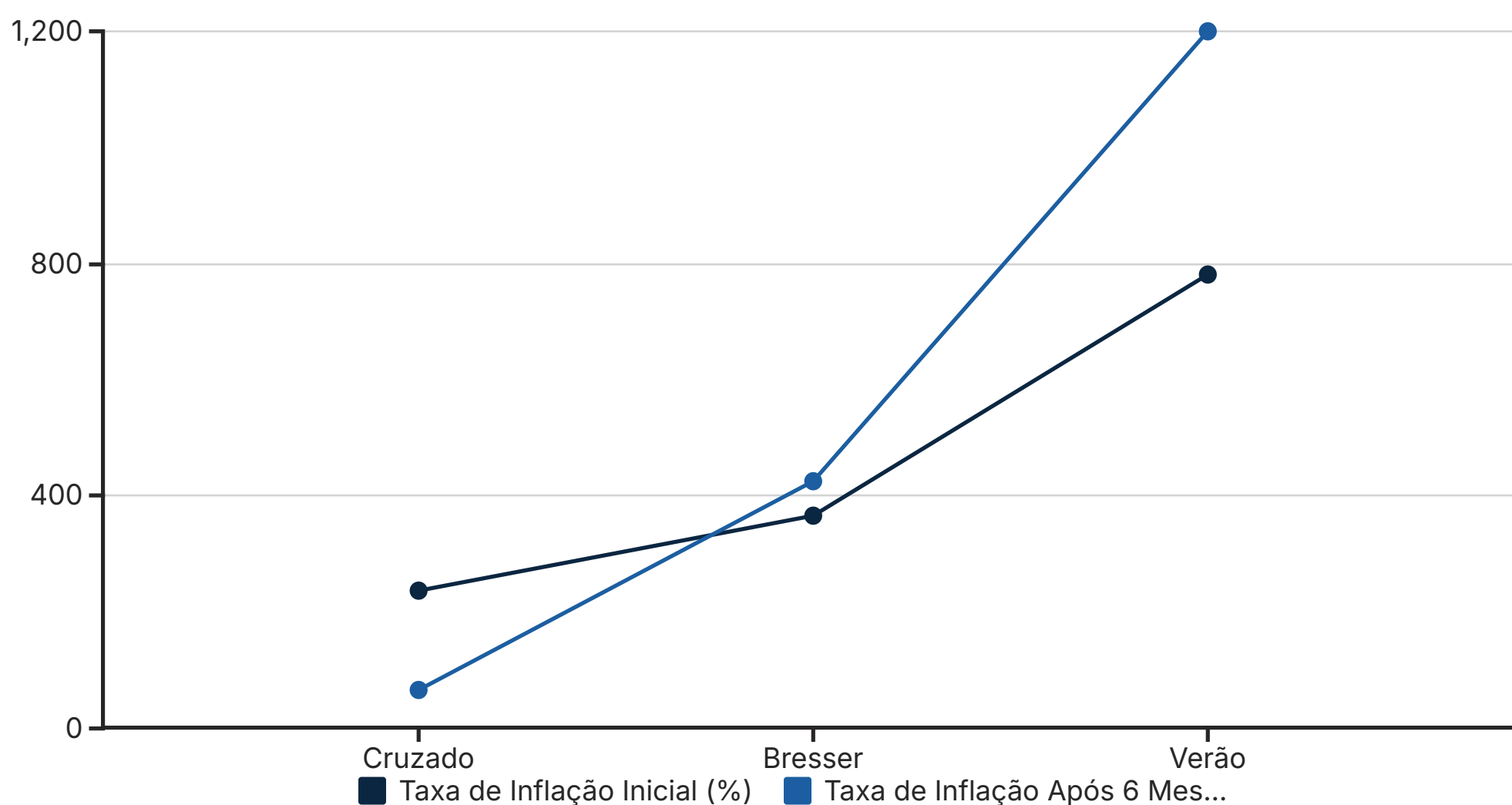
# O Plano Verão: Mais uma Tentativa Frustrada

A persistência da inflação, que em 1988 atingiu níveis alarmantes, levou o governo Sarney a uma nova e desesperada tentativa de estabilização. Em janeiro de 1989, foi lançado o **Plano Verão**. Este plano, assim como os anteriores, introduziu uma nova moeda, o Cruzado Novo, e um novo congelamento de preços e salários. A principal inovação foi a criação de uma "tabela de conversão" diária para os preços, buscando desindexar a economia e quebrar a memória inflacionária.

O Plano Verão foi uma aposta arriscada, lançada em um momento de grande desgaste político e econômico. A população, já exausta e descrente com as sucessivas tentativas de estabilização, reagiu com ceticismo. Era como se o país estivesse em uma montanha-russa econômica, com subidas e descidas bruscas, mas sempre voltando ao ponto de partida da alta inflação. A cada novo plano, a esperança diminuía, e a sensação de impotência aumentava.



Apesar de algumas medidas de ajuste fiscal e privatizações pontuais, o Plano Verão não conseguiu conter a espiral inflacionária. A falta de apoio político, a fragilidade das instituições e a própria dinâmica da hiperinflação, que já estava profundamente enraizada na cultura econômica do país, levaram ao seu rápido fracasso. O plano durou apenas alguns meses, e a inflação voltou a disparar, atingindo níveis recordes. Essa sequência de planos frustrados deixou claro que a solução para a crise econômica brasileira exigiria mais do que medidas emergenciais; demandaria uma transformação profunda na estrutura do Estado e na forma como a economia era gerida.



# A Convocação da Assembleia Nacional Constituinte

Enquanto a economia brasileira patinava em sucessivos planos de estabilização, um outro processo fundamental para a consolidação da democracia ganhava força: a convocação da **Assembleia Nacional Constituinte**. A promessa de uma nova Constituição era um dos pilares do movimento pela redemocratização, um anseio de décadas por um pacto social que garantisse direitos e limitasse o poder do Estado. Era como se, em meio ao caos econômico, o país estivesse construindo os alicerces de uma nova casa, mais sólida e democrática.

## Novembro de 1986

A eleição dos membros da Constituinte ocorreu em novembro de 1986, e os deputados e senadores eleitos para o Congresso Nacional também assumiram a função de constituintes. Esse processo foi um marco, pois pela primeira vez na história brasileira, uma Assembleia Constituinte era eleita com o objetivo exclusivo de elaborar uma nova Constituição, sem a interferência direta do poder executivo.

## Participação Democrática

A diversidade de forças políticas e sociais que compunham a Assembleia era imensa, refletindo o pluralismo da sociedade brasileira após anos de repressão. Essa participação ampla e democrática foi crucial para a legitimidade do processo e para a construção de um texto que representasse os anseios de uma sociedade que emergia da ditadura.

1

2

## Fevereiro de 1987

Os trabalhos da Constituinte começaram em fevereiro de 1987, em um clima de grande expectativa e efervescência. O Congresso Nacional se transformou em um grande fórum de debates, onde representantes de diferentes ideologias, movimentos sociais, sindicatos e setores empresariais se encontravam para discutir o futuro do país.

3

# Os Debates e Desafios da Constituinte

Os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram intensos e, por vezes, turbulentos. O processo de elaboração da nova Constituição não foi um caminho linear; foi um campo de batalha de ideias, onde diferentes visões de país se chocavam e se conciliavam. Era como um grande quebra-cabeça, onde cada peça representava um interesse, um direito ou uma visão de futuro, e o desafio era encaixá-las de forma harmoniosa para formar a imagem completa de uma nação democrática.



## Sistema de Governo

Debates acalorados sobre presidencialismo ou parlamentarismo



## Reforma Agrária

Discussões sobre distribuição de terras e função social da propriedade



## Proteção Ambiental

Debates sobre preservação e desenvolvimento sustentável



## Direitos Indígenas

Reconhecimento e demarcação de terras tradicionais



## Saúde Pública

Criação do Sistema Único de Saúde (SUS)



## Educação

Garantia de acesso universal e gratuito

A participação da sociedade civil foi um diferencial. Milhares de sugestões populares foram enviadas à Constituinte, e audiências públicas permitiram que diversos setores da sociedade apresentassem suas demandas e argumentos. Essa abertura democrática, inédita em processos constituintes anteriores, conferiu uma legitimidade ímpar ao texto final. Apesar dos impasses e das negociações complexas, a Constituinte conseguiu, por meio do diálogo e da busca por consensos, construir um documento que refletisse a pluralidade e as aspirações de um país que desejava ardentemente consolidar sua democracia.

# A Promulgação da Constituição de 1988

Após 20 meses de intensos debates, negociações e votações, a Assembleia Nacional Constituinte finalmente concluiu seus trabalhos. O dia 5 de outubro de 1988 marcou um dos momentos mais solenes e significativos da história brasileira: a promulgação da nova Constituição. A cerimônia, realizada no Congresso Nacional, foi um evento de grande simbolismo, transmitido ao vivo para todo o país, e representou o coroamento de um longo processo de redemocratização.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao proferir seu discurso na promulgação, cunhou a famosa frase que batizaria o novo texto: a "**Constituição Cidadã**". Ele afirmou que a Constituição "restabelece a democracia, a soberania popular, a cidadania e os direitos humanos".

Essa denominação não era apenas um slogan; ela refletia a essência do documento, que se destacava por sua abrangência na garantia de direitos e liberdades individuais e sociais, em contraste com as Constituições anteriores, muitas delas outorgadas por regimes autoritários.



A "Constituição Cidadã" representou um marco na história jurídica e política do Brasil. Ela não apenas restaurou as liberdades democráticas, mas também estabeleceu um novo patamar de direitos para a população. Era como o nascimento de um novo contrato social, onde o cidadão passava a ser o centro das atenções, com suas garantias e deveres claramente definidos. A promulgação da Constituição de 1988 simbolizou a esperança de um futuro mais justo e democrático, onde a lei seria o alicerce para a construção de uma sociedade mais equitativa.

# Análise da "Constituição Cidadã": Direitos e Garantias

A Constituição de 1988, conhecida como a "Constituição Cidadã", é um documento extenso e detalhado, que reflete a ambição de cobrir todas as esferas da vida social e política do país. Seu grande diferencial reside na ampla gama de **direitos e garantias fundamentais** que ela estabeleceu, marcando uma ruptura com o passado autoritário e colocando o cidadão no centro do ordenamento jurídico. Era como se, após anos de escuridão, uma nova luz se acendesse, iluminando o caminho para a plena cidadania.



## Direitos Sociais

A Constituição de 1988 garantiu o direito à saúde como dever do Estado, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Também ampliou o acesso à educação, à previdência social, à moradia, ao lazer e à segurança. No campo dos direitos trabalhistas, manteve e expandiu conquistas importantes, como a jornada de trabalho de 44 horas semanais e o direito de greve.



## Liberdades Individuais

Além disso, a Constituição reforçou as **liberdades individuais**, como a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e de associação, fundamentais para o pleno exercício da democracia. Estabeleceu mecanismos de proteção contra abusos de poder, como o habeas corpus e o mandado de segurança, e garantiu a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de raça, sexo, religião ou origem. Essa ampliação da cidadania foi um passo gigantesco para o Brasil, consolidando um arcabouço legal que visa proteger e promover a dignidade humana.

Conceito	Âmbito/Aplicação	Base/Origem	Exemplo
<b>Direitos Sociais</b>	Garantias de bem-estar e qualidade de vida	Artigos 6º a 11 da CF/88	Direito à saúde (SUS), educação pública, previdência social.
<b>Direitos Individuais</b>	Liberdades e garantias fundamentais do cidadão	Artigo 5º da CF/88	Liberdade de expressão, direito à privacidade, inviolabilidade do lar.
<b>Direitos Políticos</b>	Participação na vida pública	Artigos 14 a 16 da CF/88	Direito ao voto, elegibilidade, participação em plebiscitos.

# Análise da "Constituição Cidadã": Estrutura do Estado e Poderes

Além de ser um marco na garantia de direitos, a Constituição de 1988 também redesenhou a **estrutura do Estado brasileiro** e a organização dos seus poderes. Ela buscou estabelecer um equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, fortalecendo a autonomia de cada um e criando mecanismos de controle mútuo. Era como se, para a nova casa da democracia, fossem instalados sistemas de segurança e alarmes, garantindo que nenhum cômodo pudesse dominar os outros e que todos funcionassem em harmonia.

## Presidencialismo

A Constituição reafirmou o **presidencialismo** como sistema de governo, mas com um Legislativo mais forte e atuante. O Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) ganhou maior poder de fiscalização e de proposição de leis, refletindo a importância da representação popular.

## Instituições Democráticas

A Constituição também criou e fortaleceu instituições essenciais para a democracia, como o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Tribunal de Contas, que atuam na fiscalização e defesa dos direitos e da ordem jurídica.



## Poder Judiciário

O Poder Judiciário também foi fortalecido, com a garantia de sua independência e a ampliação de suas competências, tornando-se um guardião dos direitos e da própria Constituição.

## Federalismo

Outro ponto crucial foi o aprofundamento do **federalismo**. A Constituição de 1988 concedeu maior autonomia aos estados e, principalmente, aos **municípios**, que passaram a ser reconhecidos como entes federativos autônomos, com capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local e de arrecadar seus próprios impostos.

# Desafios e Legados da Constituição de 1988

## Críticas e Debates

Apesar de seus inegáveis avanços, a Constituição de 1988 não está imune a críticas e debates. Desde sua promulgação, ela tem sido objeto de discussões sobre sua extensão e rigidez. Alguns argumentam que o texto é **excessivamente detalhado** e "engessado", o que dificultaria a governabilidade e a adaptação às rápidas mudanças sociais e econômicas. Essa visão sugere que, ao tentar prever e regulamentar tudo, a Constituição acaba por limitar a capacidade de ação dos governos e do próprio Legislativo.

## Adaptação e Evolução

No entanto, a própria Constituição previu mecanismos para sua adaptação: as **emendas constitucionais**. Ao longo dos anos, o texto original foi alterado diversas vezes para se adequar a novas realidades e demandas, como a reforma da previdência, a criação de novas regras fiscais e a modernização de setores da economia. Essa capacidade de ser emendada, ainda que com um processo rigoroso, demonstra que a Constituição não é um documento estático, mas um "organismo vivo" que pode evoluir junto com a sociedade.

# 35

## Anos de Vigência

A Constituição de 1988 é a mais longa da história democrática brasileira

# 100+

## Emendas Constitucionais

Adaptações realizadas para atender novas demandas sociais e econômicas

# 250+

## Artigos

Texto extenso e detalhado que abrange diversos aspectos da vida nacional

O legado da Constituição de 1988 para a democracia brasileira é imenso e inquestionável. Ela serviu como o principal alicerce para a consolidação das instituições democráticas, garantindo a alternância de poder, a liberdade de expressão e a proteção dos direitos humanos. É como um mapa complexo, mas essencial, que guia a jornada de um país em busca de justiça social e desenvolvimento. As discussões historiográficas recentes, inclusive, ressaltam que, apesar dos desafios e das crises políticas e econômicas do século XXI, a Constituição de 1988 tem sido o principal pilar de sustentação da nossa democracia, resistindo a tentativas de retrocesso e garantindo um mínimo de estabilidade institucional.

# O Governo Sarney: Balanço e Controvérsias

O governo de José Sarney (1985-1990) foi um período de transição complexa e multifacetada, marcado por grandes desafios e conquistas. Embora tenha sido um presidente que assumiu de forma inesperada e enfrentou uma crise econômica avassaladora, seu mandato é indissociável da consolidação da redemocratização e da promulgação da Constituição de 1988. É como avaliar um maestro que assumiu uma orquestra no meio de uma tempestade, com instrumentos desafinados, mas que, ainda assim, conseguiu conduzir a sinfonia mais importante da história recente do país.



## Fragilidade Econômica

No plano econômico, como vimos, o governo Sarney foi marcado pela sucessão de planos de estabilização (Cruzado, Bresser, Verão) que, apesar das boas intenções, não conseguiram conter a hiperinflação. Essa foi, sem dúvida, a maior fragilidade de sua gestão e a principal fonte de descontentamento popular.



## Percepção Pública

A percepção pública da época era de um governo ineficaz no controle da economia, o que gerou grande desgaste.



## Legado Político

Contudo, é crucial reconhecer o papel de Sarney na condução do processo político que culminou na Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de sua origem política ligada ao regime anterior, ele garantiu a autonomia da Constituinte e a não interferência do Executivo em seus trabalhos.

A promulgação da "Constituição Cidadã" é o grande legado positivo de seu governo, um marco que estabeleceu as bases da democracia brasileira contemporânea. A historiografia recente tem se debruçado sobre a complexidade desse período, buscando uma análise mais matizada, que reconheça tanto as dificuldades econômicas quanto os avanços políticos e institucionais alcançados sob sua gestão.

# Consolidação e Próximos Passos

Chegamos ao fim de nossa jornada pela transição democrática e o governo Sarney. Vimos como a morte de Tancredo Neves abriu caminho para a posse inesperada de José Sarney, que herdou um país mergulhado em hiperinflação e dívida externa. Exploramos os sucessivos planos econômicos – Cruzado, Bresser e Verão – e suas tentativas frustradas de estabilização, que geraram desconfiança e exaustão na população. Contudo, em meio a essa turbulência econômica, o Brasil vivia um processo político fundamental: a Assembleia Nacional Constituinte. Analisamos os intensos debates que levaram à promulgação da "Constituição Cidadã" de 1988, um marco na garantia de direitos e na reestruturação do Estado, que se tornou o alicerce da nossa democracia.

## Em prática

Compreender esse período é essencial para analisar os desafios econômicos e políticos que o Brasil ainda enfrenta. A herança da hiperinflação e a busca por estabilidade ainda ressoam em debates atuais sobre responsabilidade fiscal e controle da inflação. A Constituição de 1988, por sua vez, continua sendo o principal instrumento de defesa dos direitos e da democracia, e seu estudo aprofundado é crucial para qualquer cidadão engajado ou profissional que atue no campo jurídico e político.

## Autoavaliação

1. Qual foi o principal desafio econômico enfrentado pelo governo Sarney no início de seu mandato?

- a) Desemprego em massa.
- b) Deflação persistente.
- c) Hiperinflação e dívida externa.
- d) Crise de superprodução agrícola.

2. O Plano Cruzado, lançado em 1986, buscou combater a inflação principalmente através de qual medida?

- a) Aumento generalizado de impostos.
- b) Congelamento de preços e salários.
- c) Privatização de todas as estatais.
- d) Abertura total do mercado para importações.

3. A Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988, foi convocada com qual objetivo principal?

- a) Reformar o sistema eleitoral para as próximas eleições.
- b) Criar um novo plano econômico para combater a inflação.
- c) Elaborar uma nova Constituição para o país.
- d) Discutir a adesão do Brasil a blocos econômicos internacionais.

4. A Constituição de 1988 é amplamente conhecida como "Constituição Cidadã" devido a qual de suas características?

- a) Seu foco exclusivo na organização dos poderes do Estado.
- b) A grande quantidade de emendas que sofreu desde sua promulgação.
- c) A ampla garantia de direitos e liberdades individuais e sociais.
- d) O fato de ter sido a primeira Constituição a ser escrita em português.

5. Em poucas linhas, explique a importância da Constituição de 1988 para a consolidação da democracia brasileira.

# Gabarito

## Questão 1

c) Hiperinflação e dívida externa.

## Questão 2

b) Congelamento de preços e salários.

## Questão 3

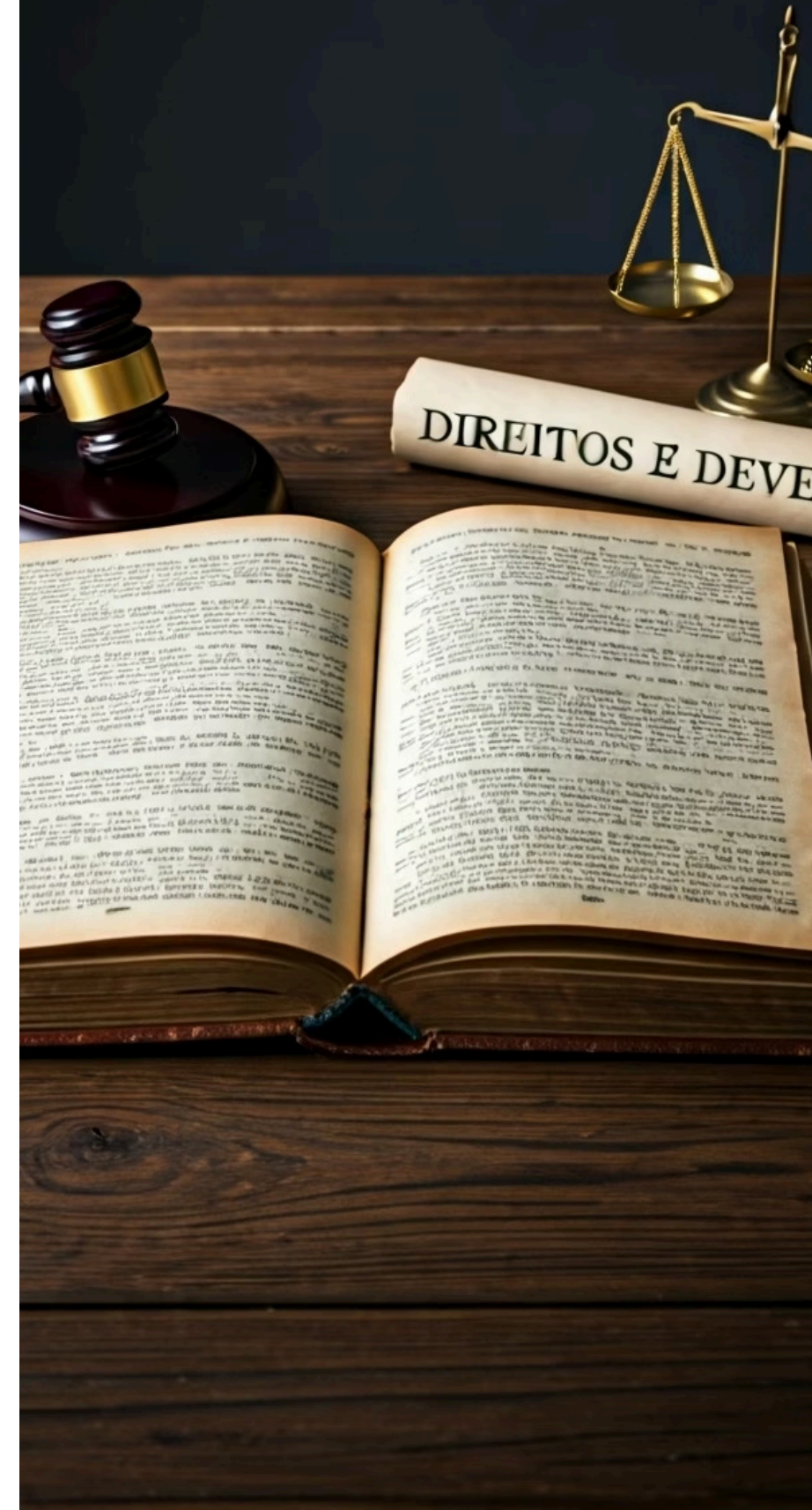
c) Elaborar uma nova Constituição para o país.

## Questão 4

c) A ampla garantia de direitos e liberdades individuais e sociais.

## Questão 5

A Constituição de 1988 foi fundamental para a consolidação da democracia brasileira porque restaurou as liberdades democráticas após a ditadura militar, estabeleceu um amplo rol de direitos e garantias individuais e sociais, e reorganizou a estrutura do Estado, fortalecendo os poderes e a autonomia dos entes federativos, servindo como alicerce para a estabilidade institucional e a cidadania plena.



# Próxima Aula e Recursos Adicionais

## Próxima Aula

Na Aula 13, aprofundaremos ainda mais na "Constituição de 1988: Fundamentos da Nova Democracia", explorando seus princípios, a organização dos poderes e os desafios de sua aplicação e interpretação ao longo do tempo.



## Recursos Adicionais

### Livro

"A Constituinte de 1987-1988: um balanço" de José Murilo de Carvalho (para aprofundar nos debates da Constituinte).

### Documentário

"O Dia que Durou 21 Anos" (para contextualizar o período pré-redemocratização e a transição).

### Artigo Acadêmico

Pesquise artigos recentes sobre "legado da Constituição de 1988" em periódicos de História ou Direito (para análises historiográficas atualizadas).

**NOTA IMPORTANTE:** As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.